



Anais da Assembléia

Nº 14

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE MARÇO DE 1993.

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado **RENATO GUIMARÃES ADUR**
PFL Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**
PDT Deputado **PAULO MAIA DE OLIVEIRA**
PTB Deputado **ERONDY SILVÉRIO**
PSDB Deputado **ALCEU ANTONIO SWAROWSKI**
PT Deputado **FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)**
PL Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**
PP Deputado **NILTON ROBERTO BARBOSA**
BPI Deputado **LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Airlindo Adelino Trolan - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Berardin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Rinaldi - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Elío Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Vladimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algacl Ormário Tólo - Paulo Maia de Oliveira - Namir Placentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guionar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Tralano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregonesse - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 11.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 1993
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Nami Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Ernani Pudell, Luiz Henrique Bona Turra e Ovídio Constantino (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Mesa deferê e procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Dezenove Senhores Deputados responderam a chamada.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro o pedido de

chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja indicado para membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça o Senhor Deputado Ernani Pudell, e como suplente o Senhor Deputado Ovídio Constantino, ambos de nossa Bancada.

Sala das Sessões, em 11.03.93

(a) DOUTOR ROSINHA

Líder do PT

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 283

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votação em bloco para as Proposições n.^{os} 59, 75, 97, 98, 99 e 103/92, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 11.03.93

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N.^o 286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor Leo Roberto Diedrich, ocorrido no dia 06 do corrente mês, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.03.93

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N.^o 288

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos da Ata dos trabalhos deste Poder votos de congratulações ao ator curitibano, Luiz Melo, pela conquista do Prêmio Shell de melhor ator do ano de 1992.

Pela impecável e destacada atuação em "Macbeth-Trono de Sangue" dirigida por Antunes Filho, Luiz Melo recebeu na última

terça-feira, no Rio de Janeiro, o Prêmio Shell de melhor ator. Esta é a segunda vez que o ator é aclamado pelo seu trabalho: ele já recebeu o mesmo prêmio com a montagem de "Paraíso Zona Norte" e, no ano passado recebeu a indicação por "Velha Nova História", também dirigida por Antunes Filho.

O prêmio conquistado pelo ator Luiz Melo só vem corroborar e materializar o prestígio que já goza por sua dedicação profissional. Além de talento, naturalmente que os responsáveis pela premiação observam a trajetória e o profissionalismo de cada candidato, razão porque a escolha de Luiz Melo é da mais alta justiça.

O nome deste ator inscreve-se dentre os grandes talentos das artes cênicas brasileiras e o Paraná registrará com orgulho os frutos desse filho que alto se levanta por seu valor.

Sala das Sessões, em 11.03.93

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 289

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao Jornal Diário da Manhã, da Cidade de Ponta Grossa, pela comemoração dos seus 06 (seis) anos de fundação e circulação ininterrupta.

Sala das Sessões, em 11.03.93

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

O Jornal Diário da Manhã, completa no dia 15 de março próximo, mais um ano de fundação, participando de forma relevante da nossa história, registrando cotidianamente os fatos relativos à vida da sociedade brasileira, colocando nossa população informada dos acontecimentos.

Parabenizo o Jornal Diário da Manhã, nas pessoas de seus Diretores, Funcionários e Colaboradores por sua marca indelével na imprensa escrita.

REQUERIMENTO N° 285

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de louvor ao Delegado de Polícia Justo José Galves Neto, aos Detetives José Maria Vieira da Silva e Osvaldo Pacheco, e ao Escrivão Ademir Borges dos Santos da 15.^a SDP de Cascavel, e que os mesmos sejam comunicados desta proposição.

Sala das Sessões, em 11.03.93

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Os policiais a quem prestamos essa ho-

menagem, depois de criteriosa investigação, desvendaram uma quadrilha de estelionatários que agiam na região Oeste do Estado, lesando proprietários de máquinas e implementos agrícolas, que na boa fé os vendiam ou arrendavam a elementos da quadrilha, os quais apresentavam como garantia do negócio, títulos de propriedades inexistentes.

Com o trabalho desenvolvido pelos policiais, máquinas já foram recuperadas, devendo ocorrer em breve a apreensão de todos os equipamentos transacionados ilegalmente, retornando aos seus legítimos proprietários.

Os policiais mencionados neste requerimento, dignificam os quadros da Polícia Civil, e por esse trabalho de investigação são merecedores de aplausos da comunidade e da nossa admiração, daí o nosso intuito de deixarmos registrado nesta Casa o nosso reconhecimento pela atuação da equipe.

REQUERIMENTO N° 279

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Excelentíssimo Senhor Deputado Homero Morinobu Oguido, solicitando a celebração de convênio ou termo de cooperação técnica, entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, para a realização de obras de fechamento e paisagismo da avenida central da cidade.

Sala das Sessões, em 11.03.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Prefeito em ofício de n° 106/93, de 08 de fevereiro, fez essa solicitação ao Secretário, inclusive se propondo a enviar posteriormente os projetos da obra, constando a sua pretensão e os benefícios que o calçadão irá oferecer aos cidadãos, tais como segurança, tranqüilidade, conforto e a modernização do sistema viário de Beltrão.

REQUERIMENTO N° 280

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, digníssimo Governador do Estado, no sentido de que seja autorizado a liberação de recursos financeiros para a construção de unidades de Escolas Oficinas no Município de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 11.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A escola oficina sugere uma proposta de trabalho educativo mais próximo da realidade e das necessidades das crianças e adolescentes, na certeza de que a escola pública assuma suas funções sociais.

Nesse sentido, tem como principal proposta pedagógica o trabalho com adolescentes vitimizados, a fim de profissionalizá-los e de resgatar seus direitos enquanto cidadãos e pessoas em desenvolvimento.

Com esse objetivo requeiro recursos financeiros para a construção de tais unidades em Assis Chateaubriand.

REQUERIMENTO N° 281

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a aquisição e distribuição de viaturas, equipamentos e armas para polícia civil e militar do Município de Cafetal do Sul.

Sala das Sessões, em 11.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As questões envolvendo a insegurança da comunidade, o aumento da criminalidade e a crescente onda de violência que vem avançando para o interior do Estado é fruto de flagrantes e denunciados casos de injustiça social.

São desequilíbrios sócio-econômicos, são disparidades entre o trabalho e o capital, e o desemprego que cresce assustadoramente, e a recessão. Enfim são consequências do inchaço populacional nos grandes centros e conseqüente o esvaziamento do campo.

A cidade vive esse drama. A sociedade precisa e clama por proteção, pela presença de policiamento. Hoje a segurança pública é item primeiro no rol de reivindicações das famílias brasileiras. E o Estado precisa estar preparado para dar resposta a essa reivindicação, para tanto, solicito a Vossa Excelência, mais recursos para a Polícia Militar e Civil no município, oferecendo mais tranquilidade para a população.

REQUERIMENTO N° 282

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira de Almeida, digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção em caráter emergencial de um Posto de Saúde na sede do Município de Altônia.

Curitiba, quinta, em 11.03.93

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 287

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, solicitando que determine ao órgão competente providências para que o Estado do Paraná volte a adotar a Tabela de Escalonamento Vertical prevista no Art. 107 do Regimento do Estado Maior da Polícia Militar no capítulo I das Disposições Gerais, que textua o seguinte:

"O valor do soldo será fixado, para cada posto ou graduação com base no soldo do posto de Coronel da Polícia Militar, observados os índices estabelecidos em tabelas de escalonamento vertical".

Tal tabela, conforme reza o art. 118 daquele regimento, prevê índice de 1000 (mil) a 333 (trezentos e trinta e três) a partir do Coronel PM ao Soldado PM 2ª Classe, e deixou de ser observada na fixação dos soldos já no governo anterior, e deve, por direito dos policiais militares, voltar a ser adotada pelo Governo do Estado com urgência, a fim de atender os interesses dos policiais militares do Paraná e seus dependentes.

Sala das Sessões, em 11.03.93.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Os termos da presente justificam-na plenamente.

REQUERIMENTO N° 290

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo o artigo "Os três procuradores e a denúncia do JE", de autoria do jornalista Roberto Barrozo Filho, publicado pelo Jornal do Estado desta data.

Do alto da sua lucidez, experiência, coragem e seriedade, o jornalista Roberto Barrozo Filho mais uma vez coloca sua caneta a serviço da verdade, da liberdade e da democracia. Numa tessitura de palavras impecável na forma e no raciocínio - o que lhe é peculiar - Roberto Barrozo Filho aborda o lamentável episódio da reunião realizada (segundo denúncias) no dia 03 do corrente, "convocada pelo próprio Senhor Governador, à qual evidentemente não compareceu, e objetivaria desmoralizar a gestão Jaime Lerner e a administração de Rafael Greca por ocasião dos principais

eventos das comemorações dos 300 anos de Curitiba."

"Dessa reunião teria surgido um decálogo digno da cabeça dos treinados agitadores comunistas, que previa desde a operação "pula-catraca", que seria a invasão dos ônibus pelos passageiros, saltando sobre a borboleta de registro de passagem, até a fomentação de distúrbios que caminhariam fatalmente para violências pessoais e destruição de veículos".

Segundo as mesmas fontes de denúncia, diversas autoridades estiveram presentes à reunião. Algumas dessas autoridades, procuradas pelo JE para oferecer sua versão sobre os fatos, negaram-se a entrevistas e, inclusive, já falam em ação penal contra o órgão de imprensa que veiculou as denúncias. Entretanto, nenhuma dessas autoridades, até a presente data, colocou sua função pública a serviço do esclarecimento da veracidade e da responsabilidade pelo manifesto de desordem social levado a efeito no dia 03 de março.

Este requerimento quer ser também a moção de desagravo do Poder Legislativo a um veículo que tem conduzido suas ações estritamente dentro dos princípios que norteiam os trabalhos da imprensa em todo o mundo.

"O Jornal do Estado agiu e age no interesse geral, divulgando fatos que merecem a atenção da coletividade e dos responsáveis pela tranqüilidade pública". Esta declaração, contida no artigo do Doutor Roberto Barrozo, merece o integral aval que tem prestado, ao longo dos anos, à defesa das instituições e da democracia.

Não pode a Assembléia calar-se diante da violência que pretendem contra o conceituado veículo de imprensa em questão, unicamente por ter sido porta-voz de uma denúncia de atos contra o patrimônio da coletividade.

Sala das Sessões, em 11.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 066/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação São Vicente de Paulo de Idosos" com sede e foro no município de São João.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.93.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação São Vicente de Paulo de Idosos, é uma entidade de caráter social,

cultural, recreativa e filantrópica, de fins não lucrativos, justificando assim a presente proposição.

A Associação preenche os requisitos exigidos pela Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas para declaração de Utilidade Pública de entidades, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa à aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Não havendo Expediente a ser lido e não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu queria registrar a presença aqui, hoje, do Prefeito de São João, Renato Canon e do Prefeito de Sulino, nosso companheiro Vilmar Sangaleti, que nos engrandecem com suas presenças.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, também gostaria de registrar a presença do Vereador Valdeci Costa, Vereador do mais recente Município que é o Dr. Ulysses, o qual se encontra presente nesta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Será registrado nos Anais da Casa.

Com a palavra o nobre Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, nobres Pares.

(Lê):

"Até o ano de 1972 a autarquia portuária comportava um quadro de pessoal sob o regime estatutário.

Os salários desse quadro, todavia, não atendiam as necessidades do servidor portuário que financeiramente, era mal visto, tido como caloteiro e sem crédito na praça.

Até essa data a movimentação de cargas pelo Porto de Paranaguá, era insignificante. Depois, em razão do crescimento da agricultura paranaense e a grande produtividade de grãos e farelos.

O porto foi se transformando pela melhoria do seu instrumental de trabalho e, criação de corredores de exportação.

No que se referia a pessoal, atendendo a preceitos da Legislação Federal que ditava a filosofia dos portos nacionais, Lei n° 4.860/65 - A APPA teve de implantar um quadro de pessoal sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, com tabelas de remuneração mais condizentes com a realidade do mercado de trabalho.

Depois do redimensionamento das neces-

sidade administrativas e operacionais, o concessionário editou o Decreto n° 2.680 de Outubro de 1972, dando vigência ao novo regime jurídico de trabalho.

O entendimento que prevalecia à época diante do crescimento vegetativo da movimentação de cargas, era que o regime da CLT, era o que melhor se adequava a dinâmica portuária e, aos objetivos da concessão federal.

O regime celetista permitia, então, maior flexibilidade na utilização da mão-de-obra, posto que o Porto de Paranaguá sempre operou 24 horas por dia. A manutenção de um regime igual aos demais funcionários públicos não se coadunava com os objetivos de maior produtividade. As dificuldades começavam pelo horário de trabalho que, no regime estatutário é menos exigente que o preconizado pela Lei n° 4.860/65.

A semana do servidor da APPA é, respectivamente, de 44 e 48 horas para o pessoal administrativo e o pessoal de operação.

Entretanto, o caminho de ida ao quadro da CLT, exigiu a manifestação espontânea do servidor portuário. Sua opção para o novo quadro foi feita por escrito, depois de uma audiência com uma Comissão designada para esse fim.

É bem mais democrático ouvir o interessado, afinal é sua vida funcional futura, que está em jogo - como agora - e uma decisão desse porte não pode nunca, ser estabelecida de cima para baixo... forma excepcional.

A Lei 10.219/92, votada nesta Casa, levou aos portuários uma situação inusitada. A aplicação imediata desta Lei, sem maiores explicações, deixou perplexos àqueles servidores, gerando um sem número de especulações... todas negativas.

A atitude da APPA ao proceder uma brusca troca de regime de trabalho além de despótica é unilateral, cria conflitos e traz a sensação de que muitos poderão ser prejudicados.

Por isso, Senhores Deputados, entendo ser legítimo o inconformismo e o clamor de grande parte do funcionalismo portuário, que teme que desse retorno ao passado os coloquem abraços com os salários novamente achatados e incompatíveis com os resultados econômicos financeiros que a APPA usufrui ano a ano.

Essa circunstância, associada ao lucro auferido, chama a atenção deste Deputado para as reais finalidades da autarquia.

E, a atividade desenvolvida pela APPA é diferente do que determina a Lei.

Pelo Decreto Lei n° 200 (Art. 5°) "Autarquia é o serviço autônomo, criado por Lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita própria, para executar ati-

Curitiba, quinta, em 11.03.93

vidades típicas da administração pública, que requeiram para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada."

Como se vê, de acordo como vem funcionando a APPA, ela não tem qualquer correlação com a atividade pública pura, mas sim, com a atividade desenvolvida pela iniciativa privada, pois que o lucro é por ela perseguido.

Senhores Deputados, diante dessas colocações tantas vezes repetidas, inclusive nos mandados impetrados pelo Sindicato da categoria de portuários da APPA - que hoje questiona a constitucionalidade da Lei n° 10.219/92 - e diante do atual quadro de inconformismo já mencionado, apela a Sua Excelência o Governador do Estado, a fim de que ele mande rever a situação criada na APPA, pela aplicação brusca da mencionada Lei n° 10.219/92. Para isso Sua Excelência deve criar um grupo de trabalho que faça o caminho de volta - se ele tiver de ser feito - usando da metodologia de 1972, e ouvir, de perto cada servidor do terminal. Porque os interesses funcionais desse mesmo servidor podem não ser os mesmos do Governo.

É ainda importante lembrar que a decisão da aplicação imediata da Lei n° 10.219, implicou na suspensão das contribuições que eram devidas à Previdência Social, fato que pode trazer dissabores tanto a APPA quanto ao próprio servidor.

Por oportuno permito-me sugerir a Sua Excelência o Governador do Estado que transforme a APPA numa empresa pública. Se desejamos que o Porto de Paranaguá saia das barras dos tribunais e se o queremos ágil e em condições de acompanhar em competência portos mais desenvolvidos, não podemos consentir que ele permaneça sujeito às mesmas regras e procedimentos das demais repartições públicas. Porque a atividade portuária exige um dinamismo que a burocracia do serviço público não permite. Se desejarmos um porto voltado para o futuro é "mistér" que abandonemos o ranço dessa velharia estigmatizada... estigmatizada pela indolência dos que costumam se encostar no serviço público e nada produzir... estigmatizada pela ingerência e pela interveniência que vem solapando a qualidade do trabalho exercitado e que fez do Porto de Paranaguá um campeão de produtividade... estigmatizado pela falta de profissionalismo e pela ausência de vocação para o tipo de atividade que é exigida de cada servidor da APPA, comissionado ou não...

Acho que o Porto de Paranaguá deve passar por mais essa transformação. Daí eu estar favorável a manutenção do regime celetista nos portos, ao lado da sugerida modificação de autarquia para empresa

pública, com cuidado e o resguardo da concessão. Concessão que precisa continuar nas mãos dos paranaenses, especialmente do seu Governo.

Muito obrigado."

O SR. LOURENÇO FREGONESE - (Termina de ler).

Eu gostaria que todos os Senhores Deputados levassem em consideração esse pronunciamento pois no dia 4 de janeiro, quando da volta do governador do Estado, da viagem que fez aos Estados Unidos, nós estivemos presentes no Palácio Iguazu, eu alertei que problemas futuros viriam, no que se refere a mudança de regime na autarquia portuária, por isso, gostaria informar aos Senhores Deputados que através de ordem judicial foi devolvida aos servidores portuários na forma celetista e agora, na data de amanhã, o recurso impetrado pela autarquia será julgado e nós temos já informações que provavelmente será mantida a decisão em 1.^a instância.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Toledo e também do Vereador Jovino Canuense de Toledo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Será registrado nos Anais da Casa. Encerrado o Grande Expediente, passa-se ao horário das Lideranças.

Com a palavra a Liderança do PT. Concedo ao Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós queremos nesse horário da Liderança, levantar algumas questões. Nós sabemos a importância da cultura, da educação, da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento de qualquer sociedade. A cultura é sinal de vitalidade de um povo. Através dela é que esse povo mostra o que tem acumulado culturalmente ao longo dos séculos, seja acumulado por raça, seja por países ou seja como nós chamaríamos de cultura popular, mas toda manifestação de um povo é uma manifestação cultural, seja manifestação individual ou seja uma manifestação coletiva. Nós fazemos questão de lembrar essa importância, porque temos exemplos recentes em nosso País, de como podem ser destruídos os meios nos quais são usados para veicular e para divulgar a cultura. É o caso da FUNARTE e da EMBRAFILME e outros órgãos do governo federal que foram totalmente destruídos. Pois bem, Senhores Deputados, como que se encontra uma parte, somente dessa questão, como ela é tratada em nosso Estado e queremos dizer aqui, do Teatro

Guaíra. Qual foi o critério de escolha desse senhor, o Senhor Diretor Superintendente Osvaldo Loureiro? Como foi escolhido? Baseado em qual critério e em qual qualidade, se a única qualidade - é o que perguntamos - é a de ser amigo do irmão do Senhor Governador. O Senhor Osvaldo Loureiro tem destruído praticamente tudo o que tinha e o que existia no Teatro Guaíra.

Os funcionários estão revoltados, acusam-no de desvio do uso da coisa pública, acusam-no de autoritarismo, acusam-no de agir por si próprio sem ouvir ninguém e absolutamente por seus atos decidir tudo por conta.

E além do mais, este seu Diretor Superintendente tem as suas hospedagens no "Araucária Flat", totalmente financiadas pelo Governo do Estado.

Hoje o Teatro Guaíra é um teatro puro e simplesmente voltado para um setor muito pequeno da sociedade paranaense. Lá têm acesso somente os grupos profissionais de teatro; os grupos amadores, populares, foram abandonados em favor dos grandes espetáculos, caríssimos, e voltaram todo o seu investimento, todo o seu orçamento nas despesas dos grandes espetáculos.

Infelizmente - abrindo um parênteses - parece que este também é o rumo que vai tomar a Prefeitura de Curitiba ao contratar o "Carreras" a um preço altíssimo, para o aniversário de 300 anos de Curitiba.

Mas a questão, aqui, é sobre o Teatro Guaíra.

O Senhor Osvaldo Loureiro acabou com o programa de levar peças criadas por esses grupos amadores, e dirigidas por eles, em todo o nosso Estado.

Não só tem feito uma péssima gestão no que diz respeito à administração do Teatro mas também quer destruir o futuro.

Não contente com a destruição do presente, Osvaldo Loureiro está destruindo a Escola de Teatro. O Curso de Teatro deste ano não iniciou o seu ano letivo, faltam professores, não houve contratação. E alega o Senhor Osvaldo Loureiro que talvez tenha dificuldades para contratar neste segundo semestre, colocando que qualquer contratação de professor passaria por um concurso público e teria dificuldade de ser aprovado por esta Assembléia Legislativa.

Isto não é verdade! Esta Assembléia Legislativa nunca tem se negado a dar apoio às causas justas e corretas. Contratar professores é justo e é correto. E tenho certeza de que se vier para esta Casa mensagem do Senhor Governador será aprovada e, até se for preciso, em regime de urgência.

Não bastasse a falta de professores, o barracão, onde existe a escola está mal

conservado, sem limpeza e as mensalidades estão caríssimas com o aumento que teve este ano.

Há dias, e dá para se dizer que há muitos meses, a imprensa de Curitiba e do Paraná vêm questionando o papel do Diretor Superintendente do Teatro Guaíra.

Nós aqui também cobramos do Senhor Governador moralidade nesta administração, cobramos que seja democrática esta administração, porque, com uma administração imoral e antidemocrática, a cultura do Paraná vai ter os mesmos destinos que têm, hoje, as políticas culturais que tiveram no Governo Collor. A postura é idêntica, do Senhor Osvaldo Loureiro com a dos Senhores Ministros da Cultura do Governo Collor de Mello.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**) - Continua no Horário das Lideranças PDT, nobre Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nós ouvimos ontem, do Líder do PMDB nesta Casa, dar um "puxão de orelhas" nos Prefeitos, chamar a atenção dos Prefeitos, de que não estariam tomando conhecimento dos bons programas que o Governo tem para ajudá-los.

Parece que está faltando uma maior sintonia entre a Secretaria da Agricultura e as prefeituras, porque acredito ser função da Secretaria fazer chegar às Prefeituras aquilo que ela tem para oferecer aos Senhores Prefeitos, os programas disponíveis na área da agricultura.

Agora, pedir para que os Prefeitos corram atrás, procurem se inteirar, parece até chamá-los de incompetentes, quando se sabe das deficiências das prefeituras, das dificuldades que têm os Prefeitos, mormente estes que assumiram agora, Prefeitos novos, ainda, e muitos pegaram prefeituras em precárias condições; e têm que tratar, primeiro, do problema de pessoal, problema da escola, problema da saúde. Quando a questão da agricultura é algo eminentemente paranaense. As prefeituras estão plantadas em áreas agrícolas, porque o Paraná é um Estado eminentemente agrícola.

Então, é preciso que a Secretaria, com a estrutura que tem, corra o interior do Paraná, vá aos Municípios, levar os bons programas, levar a orientação aos Senhores Prefeitos.

A par disso, me surpreendeu, ontem também, uma matéria do Senhor Governador do Estado, quando dizia que iria levar, pessoalmente, ao Presidente da República, denúncias sobre o Ministro da Indústria e Comércio, José Eduardo de Andrade Vieira, porque ele estaria monopolizando a distri-

buição de feijão, no Paraná.

Ora, Senhores! O Ministro, se fez isso, fez muito bem. Porque caberia ao Governador do Estado tomar as iniciativas.

E, hoje, os jornais trazem a matéria que diz: (Lê):

"Prefeitos condenam a denúncia de Requião. A queixa, então, de denúncia, feita ontem pelo Governador Roberto Requião de Mello e Silva ao Presidente Itamar Franco, de que o Ministro José Eduardo está intermediando a distribuição de feijão do Governo Federal às populações carentes, repercutiu muito mal junto aos Prefeitos do Paraná."

"O Governo do Estado não fez nada para orientar os Prefeitos sobre a disponibilidade deste feijão. E, ainda tem a descompostura de reclamar de quem faz. Esta indignação foi do Prefeito de Guapirama, Alciomar Antônio da Silva.

Ele afirmou que se o Ministro não tivesse orientado sobre a existência do produto, e do preenchimento do formulário de solicitação, não teria conseguido o benefício para a população carente do seu Município."

"O Prefeito de Palmas, José Ferreira de Almeida, que também recebeu orientações da assessoria do Ministro, em Curitiba, para liberação do feijão, disse que a ajuda do Ministro é louvável e este tipo de atitude do Governador só depõe contra o Governo do Estado.

Para Almeida, a denúncia de Requião é um grave equívoco. Estamos recebendo esta ajuda do Ministro José Eduardo, sem qualquer custo, pré-condição ou exigência de retribuição futura, disse o Prefeito."

"Outros Prefeitos do Paraná, que não quiseram se identificar, por temer retaliações do Governador, também reagiram com indignação à atitude de Requião.

Eles informaram que outros políticos do Estado estão oferecendo o mesmo tipo de ajuda aos Municípios, certamente porque o Governo do Estado, que deveria ter solicitado e facilitado a distribuição do feijão, não o fez. Como também houve casos de Prefeitos que não aceitaram o produto, devido ao custo de transporte, o frete, até os Municípios. Não compensaria."

"O Prefeito do Norte Pioneiro disse que o Governo do Estado, que tem uma estrutura enorme de transporte ociosa, poderia ter ajudado na distribuição do feijão.

E agora, além de não fazer nada..."

(A sessão é suspensa por falta de energia elétrica).

O SR. PRESIDENTE (**Orlando Pessuti**) - Está reaberta a presente sessão.

Continua com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Este fato que abordamos aqui, a proposta, a denúncia feita pelo Governador Roberto Requião o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira confirmou ontem que está mesmo orientando os Prefeitos do Paraná sobre como conseguir feijão de graça junto ao Ministério da Ação Social. Para o Ministro esse trabalho deveria ser feito pelo próprio Governador se ele estivesse preocupado de verdade em garantir uma panela cheia para a população paranaense. Mas isso parece incomodar o Governador do Estado que tem outras preocupações. O que ele fez e o que ele faz é estimular e comandar invasões ao invés de reprimi-las e devolver ofensas ao Ministro.

Então, a gente espera que o Governador também se preocupe com o assessoramento às prefeituras e diga, de que forma podem ser solicitadas algumas toneladas de feijão para distribuir às populações carentes do Estado do Paraná.

Era isso Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Declina.

PSDB. Declina.

PTB. Declina.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições n°s 59, 75, 97, 98, 99 e 103/92, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Diante da manifestação do Plenário e do entendimento mantido na reunião de Lideranças, no dia de hoje, os vetos a serem apreciados o serão em bloco, não havendo nenhuma cujo destaque tenha sido requerido.

O SR. NEREU MOURA -(Pela Ordem), Senhor Presidente. (Assentimento).

Eu queria registrar a presença dos Vereadores de Chopinzinho, Ari Dellacosta e José Foto; e também a do Presidente da Associação de Criadores de Gado de Chopinzi-

nho.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está devidamente registrado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 059/92, veto aposto ao Projeto de Lei n° 184/92, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos cargos efetivos, em comissões e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela CLT, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 147/92

Curitiba, 26.06.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 172/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei parcialmente o Projeto de Lei n° 184/92, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre reajustamento de vencimentos e vantagens conforme específica, do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral da Justiça, tendo o Veto parcial aposto incidido sobre o inciso II, do art. 3°.

O não acolhimento ao mencionado dispositivo decorre do fato de que, em razão de sua redação, ensejaria dúvidas interpretações, inclusive a de que o reajuste nele previsto seria cumulativo com o do inciso anterior, somando 75% (setenta e cinco por cento) e não exatamente 50% (cinquenta por cento) como seria o caso.

Esses os motivos que me levaram a votar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO N° 59/92

P A R E C E R:

A proposição do Veto n° 59/92, em questão, cumpre os critérios formais à sua

normal tramitação e apreciação por esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Salvo melhor juízo, é o parecer.
Sala das Comissões, em 18.08.92.
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 075/92, veto aposto ao Projeto de Lei n° 446/91, de autoria do Deputado José Tavares, que concede pensão mensal à viúva Senhora Dilva Juliana Cavalheiro Pinheiro e filhos do ex-policia! Antônio Carlos Pinheiro. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 191/92

Curitiba, 16.07.92

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 182/92, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 446/91, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a concessão à viúva Senhora Dilva Juliana Cavalheiro Pinheiro e aos filhos do ex-policia! Antônio Carlos Pinheiro, da pensão especial de que trata o art. 184, da Lei Complementar n° 14/82, de 26 de maio de 1982.

O Projeto de Lei em causa não pôde merecer acolhimento pelo fato de que o finado policial, segundo informações prestadas pela Secretaria de Estado da Administração, era, na data de seu falecimento, servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - C.L.T., sendo, por esta circunstância, impossível de ser concedida a pensão especial prevista no art. 184, da Lei Complementar 14/82 - ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ. Conforme o referido dispositivo legal, tal pensão que, evidentemente, só é devida à viúva e filhos de policiais regidos pelo referido Estatuto, tem sua concessão vinculada percentualmente àquela paga pelo Instituto de Previdência aos Servidores do Estado - IPE e a soma de ambas limita-se ao valor do vencimento do cargo ocupado pelo funcionário no mês anterior ao do óbito. Porque era celetista e, também, conforme informações da SEAD, os dependentes do finado servidor fazem jus à pensão integral paga pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, uma vez que o falecimento ocorreu em consequência de acidente em serviço.

Pelo exposto constata-se que a pretendida pensão não poderá ser assegurada, por

Curitiba, quinta, em 11.03.93

completa inadequação à sistemática legal reguladora de sua concessão.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 446/91 foi publicado no D.A. n° 126, de 02.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 075/92

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz o VETO aposto ao Projeto de Lei n° 446/91, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, que foi comunicado a esta Casa de Leis, pelo Senhor Governador, através do Ofício n° DTL/SAT 191/92, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Chefe do Poder Executivo vetou o referido Projeto de Lei usando da atribuição que lhe confere os Artigos 87, VII e 71, § 1°, ambos da Constituição Estadual.

A razão exposta pelo Senhor Governador para o mencionado veto é que o mesmo contraria o interesse público.

Face ao exposto, nada encontramos que possa obstar o prosseguimento do feito, e assim sendo nosso Parecer é FAVORÁVEL à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.92.
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 097/92, Veto aposto ao Projeto de Lei n° 501/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que introduz a disciplina Direitos da Cidadania como obrigatória nos currículos do ensino de 1° e 2° graus nas escolas públicas do Estado do Paraná. Com RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 264/92

Curitiba, 09 de outubro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 232/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade com o disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto

De Lei n° 501/91, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo declarar a obrigatoriedade da introdução da disciplina "Direitos da Cidadania" nos currículos de 1° e 2° graus, da Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná.

Ainda que se reconheça a importância da matéria tratada, não há como dar acolhimento ao Projeto de Lei em apreço pelos motivos adiante alinhados. A definição das disciplinas integrantes dos currículos escolares de 1° e 2° graus, conforme disposição da Lei Federal n° 5.692/71 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), compete exclusivamente ao Conselho Federal de Educação, na parte que se refere ao Núcleo Comum, e aos Conselhos Estaduais, daquelas pertinentes à Parte Diversificada.

Há que se considerar ainda que, entende-se por disciplina escolar aquelas matérias obrigatórias, com carga horária determinada e duração curricular de no mínimo um ano, tempo que julgo excessivamente elástico para se dedicar ao conteúdo ora proposto, eis que viria acarretar, sem dúvida nenhuma, prejuízo aos próprios alunos, que teriam o tempo reduzido para o aprendizado das matérias de cunho obrigatório, ou seja, as do núcleo comum, que, aliás, constituem o objetivo principal da educação básica.

Além do exposto, vale lembrar que a Secretaria de Estado da Educação, preocupando-se com a formação integral do educando, consubstanciou no "Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná" posicionamento teórico-metodológico que visa tratar o conjunto de "temas modernos", como: ecologia, cidadania, trânsito, drogas, etc., numa perspectiva transdisciplinar. Os conteúdos e as informações são tratados pedagogicamente, mas enquanto temas ou assuntos e não como disciplina curricular.

Portanto, diante do acima exposto, a inconstitucionalidade do Plano de Lei ora vetado é indiscutivelmente clara, também em razão do preceito contido no Art. 22, inciso XXIV, da Magna Carta, o qual atribui à União, competência privativa para legislar sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 501/91, foi publicado no D.A. n° 146 de 06.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 501/91

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício n° DTL/SAT/264/92, expedido pelo Governador, chega a esta Comissão a Proposição de Veto n° 097/92, aposto ao Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que introduz a disciplina Direitos da Cidadania como obrigatória nos Currículos do ensino de 1° e 2° graus, nas escolas públicas do Estado do Paraná.

O veto foi aposto dentro do prazo regimental previsto, obedecendo todos os trâmites legais.

Nestas condições, opinamos pelo encaminhamento e a apreciação em plenário.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 10.11.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 098/92, Veto aposto ao Projeto de Lei n° 209/92, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui o Dia Estadual do Trabalhador Hoteleiro. Com RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 279/92

Curitiba, 13 de outubro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 246/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e de conformidade com o disposto pelo § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 209/92, por julgá-lo desnecessário e contrário ao interesse público, pelo fato da já existência, por lei federal, do "Dia do Empregado do Comércio Hoteleiro e Similares", comemorado em 29 de julho de cada ano.

Essa a razão que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N° 209/92

Veto. Razões Anexas.

Em 13/10/92

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o Dia Estadual do Trabalhador Hoteleiro, no Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 16 de agosto.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua aplicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.09.92.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos ao douto Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná a presente medida, queremos justificá-la pelo elevado respeito aos trabalhadores na hotelaria do Estado do Paraná.

Segundo dados da Federação dos Trabalhadores no Turismo e Hospitalidade do Estado do Paraná, cerca de 10.000 profissionais estão diretamente envolvidos na promoção do nosso Estado.

É salutar destacar que os servidores em hotelaria desempenham função intimamente ligada à nossa economia. Do profissionalismo e da dedicação dessa categoria depende em grande parte o sucesso da atividade turística.

Para os rigorosos critérios da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, responsável pela classificação dos estabelecimentos hoteleiros, o Estado do Paraná conta com uma admirável rede para atendimento à demanda turística. É inequívoco afirmar que esse destaque deve muito ao trabalhador dos servidores hoteleiros.

Instituir o Dia do Trabalhador Hoteleiro não significa simplesmente atribuir uma data para realização de festas ou homenagens (embora elas sejam plenamente justificáveis). Nossa intenção primeira é a de instituir uma data para reunião da categoria e, sobretudo, para discussão da sua realidade trabalhista.

A escolha recaiu sobre a data de 16 de agosto por ser um referencial de confraternização apontado pelos próprios hoteleiros.

Certo do entendimento entre os Senhores Deputados das razões que movem a apresentação desta proposição, confiamos no seu acolhimento pela augusta Assembleia Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 098/92

VETO: Ao Projeto de Lei nº 209/92, de autoria do Deputado Algaci Túlio.

OFÍCIO: DTL/SAT/Nº 279/92

P A R E C E R:

Trata-se de recusa de sanção por parte do Poder Executivo, dentro do prazo legal, ao Projeto em epígrafe, que objetiva instituir o Dia Estadual do Trabalhador Hoteleiro.

Fundamentou o veto com base na faculdade constitucional (art. 87, inciso VII,

Curitiba, quinta, em 11.03.93

C/C art. 71 da Constituição Estadual), por julgá-lo contrário ao interesse público.

A matéria está em condições de ser submetida a apreciação do Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 099/92, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 255/92, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares para a execução do Programa Merenda Escolar nos estabelecimentos oficiais de ensino do Estado do Paraná. Com RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT Nº 280/92

Curitiba, 13.10.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 255/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 255/92, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a abrir, no presente exercício, créditos suplementares necessários à execução do Programa de Merenda Escolar nos estabelecimentos oficiais de ensino do Estado do Paraná, até o limite de dez bilhões de cruzeiros. Autoriza ainda que, para dar suprimento à despesa prevista, sejam feitos cancelamentos em quaisquer das fontes previstas no § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Ainda que se considere louvável a preocupação do autor do Projeto de Lei em referência, não há, pela forma como está colocada a medida, nenhuma condição de lhe ser dado acolhimento, eis que, na atual fase de execução da Lei Orçamentária para o corrente exercício é impossível utilizar-se quaisquer das formas previstas pelo artigo 43, § 1º, da Lei Federal 4.320/64, para cobertura legal do pretendido crédito suplementar.

Ademais, convém lembrar que o aporte de recursos para execução do Programa de Merenda Escolar é de responsabilidade do Governo da União, cabendo ao Estado, nessa sistemática, tão somente o armazenamento e a distribuição dos alimentos fornecidos aos alunos, observando-se, portanto, não ter nenhuma lógica ou justificativa, impor-se sobrecarga financeira ao erário es-

ta dual para atendimento de compromissos legais impostos à Administração Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 255/92 foi publicado no D.A. n° 135, de 22.09.92 em 1.ª Discussão).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO N° 99/92

P A R E C E R:

Vetado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o Projeto de Lei n° 255/92, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que autoriza o Poder Executivo abrir, no presente exercício, créditos suplementares necessários à execução do Programa de Merenda Escolar nos estabelecimentos oficiais de ensino do Estado do Paraná, até o limite de Cr\$ 10.000.000.000,00 (Dez bilhões de cruzeiros). Autoriza ainda, que, para dar suprimento à despesa prevista, sejam feitos cancelamentos em quaisquer das fontes previstas no § 1° do art. 43, da Lei n° 4320/64.

O veto governamental deu-se em observância dos prazos constitucionais e regimentais, merecendo portanto, a análise deste Poder Legislativo, cabendo aos Senhores Parlamentares com assento neste Plenário, manifestar-se sobre o mérito da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 103/92, Veto Parcial ao Projeto de Lei n° 104/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, que cria o Programa de Segurança Escolar do Paraná, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 265/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n° 104/92, por julgar a parte vetada inconstitucional e contrária ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder

Executivo a instituir o Programa de Segurança Escolar, no Estado do Paraná, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do Art. 4°.

A negativa de sanção ao mencionado Art. 4° decorre da inconstitucionalidade da medida ali contida porque, pela forma como está posta é indiscutivelmente desarmonica com o preceito contido no Art. 27, inciso IX, letras a e b da Carta Estadual. Em face dos termos da norma constitucional citada o tipo de contratação que o vetado Art. 4° preconiza seria totalmente inexecutível, principalmente porque tais contratos somente poderiam perdurar pelo prazo máximo de um ano e, ainda, tendo em vista que seriam improrrogáveis.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 104/92

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício n° DTL/SAT/299/92, expedido pelo Excelentíssimo Senhor Governador, chega a esta Comissão a Proposição de Veto n° 103/92, apostado ao Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Eurides Moura, que cria o Programa de Segurança Escolar do Estado do Paraná, conforme especifica.

O veto foi apostado dentro do prazo regimental previsto, obedecendo todos os trâmites legais.

Nestas condições, opinamos pelo encaminhamento e apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

Lembramos aos Senhores Deputados que forem favoráveis a manutenção do Veto deverão se manifestar votando com a cédula com a expressão SIM; os contrários a manutenção do Veto deverão se manifestar utilizando para votação a cédula com a expressão NÃO.

Solicito ao 1° Secretário Oswaldo Trevisan desta Sessão Plenária, que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados para que se processe a votação.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Oswaldo Trevisan) -

Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Termina a votação nominal).

Votaram trinta e quatro Senhores Deputados.

Designo a comissão composta pelos seguintes Deputados para contagem dos votos: Luiz Carlos Zuk, Geraldo Cartário, Djalma de Almeida César e Dirceu Manfrinato, para comporem a comissão escrutinadora.

Vinte e cinco votos sim, nove pela rejeição e um branco.

Estão mantidos os vetos.

Sobre a mesa, requerimento n° 286 de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 279 de autoria do Senhor Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 280 de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 281 de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 287 de autoria do Senhores Deputados Plauto Miró Guimarães e Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 285 de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 282 de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 288 de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 289 de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 273 de autoria dos Senhores Deputados Nereu Alves Moura, Luiz Carlos Alborghetti, Renato Adur, Algaci Túlio e demais Senhores Deputados,

constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

Em discussão o Projeto.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nós do PT somos favoráveis à solidariedade que esta Casa presta às viúvas daqueles soldados. Mas não podemos ser favoráveis ao comportamento que teve a Polícia Militar agindo ainda pela lei do olho por olho e dente por dente. Ou o Estado do Paraná tem justiça e Tribunais que julguem os acusados de crimes, ou então não tem porque razão a Polícia Militar agir desta maneira.

Se temos os Tribunais, a Polícia Militar não tem que fazer justiça pelas próprias mãos como foi o caso de Campo Bonito. Se temos Tribunais, a obrigação da Polícia Militar é de prevenção, a obrigação da Polícia Militar é de evitar a violência e não de cometer a violência.

Portanto, quero que junto com esse Requerimento conste que nós do PT somos solidários àquelas viúvas, mas não somos solidários à Polícia Militar que agiu como qualquer criminoso age, não somos solidários à Polícia Militar pelo comportamento que ela teve nesse caso, àquelas viúvas sim. Mas quero que registre essa posição do PT.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados, acredito que nestes episódios talvez quem menos deva seja o policial que vai para a linha de frente; e neste momento eu não poderia ser solidário por unanimidade a toda corporação da Polícia Militar do Paraná, visto que temos uma história bastante recente que marcou a vida do funcionalismo público da rede estadual de Educação, quando, em 30 de agosto de 88, na Praça Santa Salete, derramou-se sangue, tirou-se sangue do trabalhador da Educação. Obviamente nos somamos aqueles policiais que, no cumprimento do dever, tombaram. Somos solidários às suas famílias. Mas não podemos, em hipótese alguma, registrar voto unânime à toda a corporação da Polícia Militar.

Temos certeza que os responsáveis por atos de violência como estes não foram punidos até hoje. Temos o ex-Secretário de Segurança Pública, o Noronha, que até hoje não respondeu o seu gesto de surpresa quando viu a Polícia atacando os professores, que a sua arma naquele momento era apenas a voz e a manifestação era de surpresa, quando via a Polícia explodindo bombas e atingindo os professores em praça pública.

Mas também não podemos generalizar que

dentro desta corporação, da Polícia Militar, não tenha uma maioria expressiva que mereça o respeito e a consideração da sociedade paranaense. Por isto, nos somamos a estes, mas não podemos fechar por unanimidade o voto de reconhecimento à Polícia Militar do Paraná, conforme está sendo proposto no referido requerimento. Pelo posto, nos posicionaremos de forma contrária.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação.

O SR. PAULO MAIA - Os votos contrários da bancada do PDT, na forma como está sendo redigido e encaminhado requerimento ao plenário.

O DR. ROSINHA - O PT é solidário às viúvas, mas também não à Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registradas as ponderações do PT e do PDT. Está aprovado o requerimento. Requerimento nº 251, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, como autor do requerimento, requeiro o adiamento por uma sessão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está adiado para a sessão de segunda-feira. Requerimento nº 275, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Encerrada a discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

Cinco Deputados são favoráveis. Dezesete não. Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, para justificativa de voto, só para esclarecer, me causa estranheza, porque o pedido de informações não é assim uma coisa do outro mundo e que não possa permitir ao Secretário de Educação de responder, talvez alguns Deputados não tenham conhecimento, foram apenas pela orientação da Liderança do partido, mas vejam, é uma coisa simples, é um colégio do Estado, Colégio John Kennedy, que existe em Curitiba e que está desativado, está sendo destruído pela ação de vândalos e quero saber se há algum programa, algum projeto em cima

do colégio.

Não é nenhum pedido com interesse político, mas é apenas para informação à comunidade curitibana, é um patrimônio público eu não sei porque se escusa o Governo do PMDB nesta hora de dar uma informação. Eu acho que um Governo que se fala em tanta transparência não pode negar uma informação à sociedade curitibana do que ocorre com a Escola Estadual John Kennedy, localizada na Vila Izabel. Eu lamento, porque vou ter que buscar essa informação de uma outra maneira, já que o Governo não quer me esclarecer publicamente.

Requerimento nº 290 de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento nº 291 de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados como membros efetivos da Comissão de Constituição e Justiça daquela Bancada. Não recebido pela Mesa.

A Mesa deixa de receber o presente requerimento, em função das instruções anteriormente já divulgadas, ainda no mês de fevereiro e confirmadas posteriormente por esta Presidência, de que caberia a Bancada do PT e do PL, a indicação de comum acordo dos membros titulares e de um dos membros suplentes da C.C.J.

Tendo em vista que o requerimento encaminhado a esta Mesa veio firmado pelo Líder do PT, a Mesa entende que este requerimento não faz parte do entendimento com a Bancada do PL e não o recebe na presente data, ficando no aguardo da manifestação da Bancada do PL.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - De acordo com o Regimento Interno no seu artigo 13, o PT e o PL, não formaram nenhum bloco parlamentar. Quando forma-se um bloco parlamentar nós podemos indicar para as comissões líder do bloco e assim por diante.

Então como não há essa formação de bloco, nós queremos que a Mesa indique de quem é então a vaga na C.C.J.

De quem é a vaga é do PT ou do PL? É a pergunta que eu faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa reafirma a decisão que já manifestou no dia de ontem, logo após ter anunciado a sua decisão, com referência as questões de ordem sob a interpretação do Artigo 13, do Artigo 94 do Regimento Interno, quando através da nossa assessoria, fizemos com que fosse contatada a sua pessoa, na condição de líder do PT e a pessoa do Deputado Colombino Grassano como líder do PL, para que as duas bancadas, de comum acordo fizessem a indicação da vaga

remanescente na CCJ.

Então a Mesa já decidiu e já manifestou a sua posição.

A vaga da CCJ, a 15.^a vaga a ser preenchida do cargo de titular e de suplente deverá acontecer em comum acordo das suas bancadas, PT e PL.

O SR. DR. ROSINHA - O PT e o PL, Senhor Presidente, não formam bloco partidário, é isso que eu quero dizer a Vossa Excelência. Baseado em que artigo do Regimento Interno Vossa Excelência quer que o PT e PL indiquem um único deputado para CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O artigo do Regimento Interno que estabelece o preenchimento da CCJ, que diz que as vagas não preenchidas deverão ser preenchidas pelos partidos remanescentes e a solicitação que a Mesa fez foi no sentido de que o PL e o PT de comum acordo procedessem a indicação.

E se essa não for a vontade do PL, ele manifestará a nós e a vaga caberá ao PT, evidentemente.

Curitiba, quinta, em 11.03.93

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Eu só queria registrar também aqui a presença do Prefeito do Catanduvas, Antonio Rossoni e do Prefeito de Ibema, Aranitan Fortunato, nossos companheiros da Região Oeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições, n.ºs 067/92, 096/92, 102/92.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 399/91.

Levanta-se a sessão.